

OS DILEMAS DA COMUNICAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA IMPLANTAÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NO RIO TOCANTINS: UM ESTUDO DE CASO DAS HIDRELÉTRICAS DE PEIXE ANGICAL, SÃO SALVADOR E ESTREITO

Adila Maria Taveira de Lima - adila@uft.edu.br

Monise Vieira Busquets - monisebusquets@uft.edu.br

Marina Haizenreder Ertzogue - marina@uft.edu.br

Elineide Eugênio Marques - emarques@uft.edu.br

* Submissão em: 17/07/2020 | Aceito em: 14/04/2021

RESUMO

Esse artigo buscou identificar a percepção dos atores sociais dos municípios tocantinenses, atingidos pelas hidrelétricas construídas ao longo do Rio Tocantins, com relação ao processo de comunicação e a participação popular durante a construção dos empreendimentos das UHEs de Peixe Angical, São Salvador e Estreito. A dificuldade de entender os documentos técnicos e a falta de tempo hábil para as discussões, são algumas das questões levantadas pelos impactados. A pesquisa foi elaborada tomando como ponto de partida metodológico a análise do Discurso do Sujeito Coletivo, mapeado a partir das falas dos representantes sociais, colhidas por meio de entrevistas semi-estruturadas, realizadas em sete municípios impactados pelas hidrelétricas do rio Tocantins. Concluiu-se que a tomada de decisão e o processo de implantação não é discutido com os atores locais. Observou-se que as possibilidades de participação, embora regulamentadas, são limitadas, transformando as audiências públicas em espaço de referendando e não de discussão social.

Palavras-chaves: Hidrelétricas; Atores Locais; Participação Social; Comunicação.

THE DILEMMAS OF COMMUNICATION AND SOCIAL PARTICIPATION IN THE IMPLEMENTATION OF DAMS IN RIO TOCANTINS: A CASE STUDY OF PEIXE ANGICAL, SÃO SALVADOR AND ESTREITO DAMS

ABSTRACT

This article sought to identify the perception of the social actors in the Tocantins municipalities, affected by the hydroelectric plants built along the Tocantins River, in relation to the communication process and popular participation during the construction of the enterprises of the Peixe Angical, São Salvador and Estreito Dams. The difficulty of understanding the technical documents and the lack of time for discussions are some of the issues raised by those impacted. The research was prepared taking as a methodological starting point the analysis of the Collective Subject Discourse, mapped from the statements of the social representatives, collected through semi-structured interviews, carried out in seven municipalities impacted by the dams of the Tocantins River. It was concluded that decision-making and the implementation process is not discussed with local actors. It was observed that the possibilities of participation, although regulated, are limited, transforming public audiences into a space for referencing and not for social discussion.

Key words: Dams; Local Actors; Social Participation; Communication.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que os problemas decorrentes da construção de projetos desenvolvimentistas em áreas de alta diversidade biológica, ambiental e sociocultural, e como esse processo é conduzido nos mais diferentes contextos, são constantes nas discussões. Castro et al. (2015), destacam que esse processo afeta um grande número de grupos sociais em todos os países latino-americanos, principalmente nas áreas rurais, mas também nas cidades. Além disso, há inúmeras tensões socioambientais que agravam os problemas econômicos e a injustiça social de longa data.

Especialmente na Amazônia brasileira e no Cerrado, têm se intensificado nos últimos anos essas obras de infraestrutura vem tomando força e sendo construídas apesar de todos os impactos previstos. O planejamento envolve desde a construção de grandes hidrelétricas, a exploração de minérios, projetos de intensificação agrícola, ampliação de eixos de transporte, dentre outros.

Ressalta-se, as obras hidrelétricas que tiveram maior impulso nos últimos anos com os empreendimentos adentrando os rios amazônicos. A fase de planejamento governamental do setor elétrico ocorre sem a participação das pessoas (estes entram no processo tardiamente). São políticas decididas em alta escala governamental, envolvendo gestores, agências de pesquisa e regulação estatal, empreendedores e, em alguns casos, consultorias ou instituições contratadas para os estudos de viabilidade. Somente na fase de leilão e início da implementação da obra é que de fato ocorrem as audiências públicas e a população local, teoricamente, toma conhecimento do empreendimento e suas implicações. Não obstante, relata-se a dificuldade de entender os documentos técnicos e a falta de tempo hábil para discussão. A decisão, quase sempre, é tomada anteriormente e não se consegue parar ou modificar o projeto.

Quando da implementação dos projetos hidrelétricos, em especial, Usinas Hidrelétricas de Energia (UHE), o momento para a discussão de quando e como serão as ações de compensação dos impactos e possíveis benefícios para a localidade, são tratadas nos espaços de audiências públicas, como garantia de participação da sociedade local, preconizada pela Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA).

Com o objetivo de garantir a participação da população envolvida nesse processo, a Resolução Conama 09/87, institui no seu artigo 1º: “A Audiência Pública tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA, esclarecendo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito” (BRASIL, 1987). Esta é uma ferramenta que deveria garantir a participação social dos interessados ou prejudicados

pelas obras desenvolvimentistas. Se o empreendimento gera impactos, sobretudo por questões de danos ambientais e sociais locais e é imprescindível que seja amplamente discutido, por isso a regulamentação ambiental não só preconiza a participação, mas também o devido acompanhamento das instituições para garantir o devido conhecimento e compensação das pessoas envolvidas no processo.

No entanto, os discursos antagônicos, onde de um lado os empreendedores garantem que o processo foi amplamente discutido e acordado, por outro, os atingidos seguem questionando as negociações realizadas e o pouco caso dado aos impactos ocasionados. Além disso, relatam constantes atropelos nessas reuniões que assumem um papel mais informativo do que vai acontecer, do que consultivo e participativo.

Dessa forma, esse artigo teve como principal objetivo, identificar a percepção dos atores sociais, dos municípios tocantinenses atingidos pelas hidrelétricas construídas ao longo do Rio Tocantins, com relação ao processo de comunicação e à participação popular durante a construção dos empreendimentos e após a implementação das UHEs de Peixe Angical (2006), São Salvador (2008) e Estreito (2011).

2 COMUNICAÇÃO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E HIDRELÉTRICAS

Todas as ações de comunicação social, segundo Carlos Locatelli (2011), estão interligadas com os programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental (PBA), o autor destaca entre eles: o programa de remanejamento da população, apoio ao migrante, preservação do patrimônio histórico e arqueológico, conservação da flora e fauna, além do programa de relacionamento com a sociedade. “A comunicação não é exógena aos demais programas de empreendimento. Ao contrário, ele é essencial para o êxito dos programas nos moldes em que foram concebidos pelo empreendedor e referendado pelo Estado.” (LOCATELLI, 2011, p. 171).

Para Fernandes et al (2014), a comunicação no contexto do licenciamento tem como objetivo principal “democratizá-lo para garantir a participação, da sociedade e das comunidades, nos processos de decisão para obtenção das licenças ambientais.” O autor considera que à medida que se alarga a democracia, “a comunicação torna-se central e decisiva para reduzir os conflitos entre os públicos envolvidos e obter visões compartilhadas de presente e futuro” (FERNANDES, 2014, p. 11).

Em relação ao empreendedor, sabe-se que a implantação de programas de comunicação social para informação da população atingida pelo empreendimento “é um dos itens obrigatórios do PBA e a sua execução implica no impedimento do empreendedor em obter a Licença de Implantação, inviabilizando ou paralisando a obra em qualquer tempo” (LOCATELLI, 2011, p. 171).

Ao tratar da *Comunicação e democracia na implantação das barragens* (2012), Carlos Locatelli afirma que a comunicação se tornou um elemento central e constitutivo das negociações sobre o espaço a ser ocupado pelas barragens e fator estratégico nas relações entre moradores, entidades de representações, organizações, empresas e órgãos governamentais.

Do ponto de vista da produção e do uso da comunicação pelos atores envolvidos nas disputas, a aceitação dessa evidência requer a superação do entendimento legal-funcional de que a comunicação é estanque, um instrumento em separado nos processos sociais e, simultaneamente, causa, meio e solução de conflitos sociais que emergem (LOCATELLI, 2012, p. 99).

A informação é um elemento integrante da possibilidade da comunidade participar ativamente de uma Audiência Pública, com sugestões e críticas. Nesse sentido, Mauro Ellovith, citado por Lima e Pinto (2017), ressalta que as manifestações das populações precisam ser consideradas na decisão do pedido de licença. Fato que são na maioria das vezes não ocorre. “De nada adianta a realização formal de audiências e consultas públicas se a manifestação popular não tiver nenhuma influência no procedimento” (ELLOVITCH, 2012, p. 359).

Para Fernandes (2014, p. 12) através da comunicação é possível promover e mediar a informação e o poder “para minimizar assimetrias entre os atores envolvidos, contrapondo o interesse daqueles que detêm o poder e não estão dispostos a abrir mão deste em prol de um bem comum.”

Independente do modelo proposto e da escala do empreendimento, os projetos hidrelétricos impactam diretamente no lugar, no modo de vida e nas relações sociais existentes. Ainda que se tenha espaços para participação social dentro da legislação vigente, a real participação com chances para mudanças no projeto a partir das contribuições dos atores locais, comumente não acontece.

Observa-se que a participação das pessoas que vivem no local impactado nos projetos em prol da implementação, conservação e manutenção, tem maior probabilidade de se tornar bem-sucedida. Buarque (2008) pressupõe que, para a efetividade de qualquer intenção de

desenvolvimento local, o envolvimento da sociedade deve ser premissa básica, pois é um processo endógeno e, para tanto, exige diretamente o envolvimento da população local.

Por mais que os projetos destaquem o desenvolvimento como algo bom e, sobretudo, quando da implantação de hidrelétricas - propagadas como “energia limpa”, a percepção dos atores locais é muito divergente. Construções de usinas hidrelétricas causam grandes mudanças socioambientais e costumam ser de difícil adaptação. As populações locais – ribeirinhos, pescadores, agricultores, indígenas e mesmo urbanos – têm suas vidas completamente alteradas por um ambiente impactado. Ademais, a percepção do ambiente pela população local diverge dos planejadores do empreendimento, o que dificulta o aceite do novo cenário e nova realidade. As expectativas de desenvolvimento e melhoria das condições de vida e das famílias, ao final do processo de instalação e construção do empreendimento, na maioria dos casos, se deparam com a falta de empregos a partir do desmonte da obra (CRUZ et al., 2011), tudo isso aliado a um processo de comunicação falho, segmentado e com uma linguagem técnica de difícil compreensão. Dessa forma, a percepção dos atores locais envolvidos, é crucial para entender o processo e como se deu a comunicação e participação nos casos analisados, pois perfazem a representação social local.

As representações sociais são fundamentais para a prática da pesquisa qualitativa e a sua compreensão. Minayo (2010) ressalta que as representações sociais podem ser entendidas como a linguagem do senso comum, tomado como um campo de conhecimento e de interação social. Particularmente quando se trata da comunicação da vida cotidiana, as palavras são fundamentais. Elas são dotadas de ideologia e estão envoltas por tramas e relações sociais em todos os domínios e áreas do conhecimento.

A metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), a partir das falas dos representantes sociais, valoriza a fala dos sujeitos com a construção do sentido compartilhado, possibilitando acessar o conhecimento e o saber rotineiros, partindo da reconstituição de um pensamento coletivo ocorrido no seu local. LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2014, corrobora que a análise do DSC é uma forma metodológica de resgatar e apresentar as representações sociais, nessa metodologia, as opiniões ou expressões individuais que apresentam sentidos semelhantes, são agrupadas em categorias semânticas gerais, como normalmente se faz quando se trata de perguntas ou questões abertas, representando ideias centrais do grupo pesquisado, facilitando a compreensão e interpretação das falas dos sujeitos entrevistados que representam seus grupos de atuação.

A metodologia utilizada para identificar essa percepção foi por meio das entrevistas semiestruturadas, analisadas sob o DSC, identificando as Ideias Centrais (IC) que mais aparecem nos discursos.

Assim, essa metodologia consiste em analisar o material de natureza verbal coletado em depoimentos como sua matéria prima, extraindo as Ideias Centrais (IC) e suas Expressões Chave (EC), compondo-se de vários discursos-síntese que são os Discursos do Sujeito Coletivo (OLIVEIRA, 2015).

Dentre os 20 municípios impactados diretamente por UHE no estado do Tocantins, elegeu-se sete para visita *in loco* e realizar as entrevistas, afim de contemplar os atores sociais que pudessem relatar as experiências sobre o processo das três UHEs. A priori, esses municípios foram escolhidos a partir da pesquisa no processo de licenciamento nos órgãos ambientais. Optou-se, nessa fase por usar alguns critérios para escolha dos municípios, que foram: impactados diretamente, impactados por dois empreendimentos, citados pelo órgão licenciador com impactos graves.

Assim, as visitas de campo se iniciaram em setembro de 2018, em Peixe – TO, e os demais municípios, Paranã, São Salvador, Palmeirópolis, Babaçulândia, Palmeirante e Filadélfia, foram visitados em 2019. Foram realizadas 54 entrevistas nos sete municípios selecionados. Destaca-se que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi assinado por todos os participantes.

Portanto, buscou-se analisar o discurso dos atores representantes dos segmentos políticos, econômicos e sociais dos municípios pesquisados que vivenciaram a experiência, participaram da fase de negociação ou foram implicados em determinado período.

Importante salientar que esse trabalho buscou focar nas perspectivas do antes e a avaliação dos atores após a implementação do empreendimento hidrelétrico, com intuito de perceber a visão que os atores têm desse processo desde a implementação até os dias atuais, vivenciando o período pós-barragem. Sobressalta-se, ainda, que o lugar de fala dos atores pode ter mudado ao longo do período, aqueles que antes estavam como gestores, atualmente falam como representantes locais, ou os representantes econômicos e sociais do período de implantação, hoje podem fazer parte da gestão e, portanto, esses podem ter mudança do discurso ou manterem as mesmas posições de acordo com seu lugar de fala e apreensão das experiências.

Os atores foram selecionados a partir da técnica *Snowball* (bola de neve) para identificação dos atores que, de acordo com Baldin e Munhoz (2011), é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo

indicam novos participantes, e assim sucessivamente. Portanto, a *snowball* (bola de neve) é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede.

Os atores foram referenciados nesse estudo como Representantes do poder público (G) e Representantes Econômicos e sociais (R), compostos pela categoria de representantes. O Quadro 1 demonstra as categorias de entrevistados.

Quadro 1 - Descrição dos segmentos de atores locais políticos, econômicos e sociais

Organizações/representações	Atores locais representantes
Representantes do Poder público/ Gestão (RPP = G)	Prefeitos e ex-prefeitos; vereadores e ex-vereadores; Secretários municipais e ex-secretários
Representantes Econômicos e Sociais (RES = R)	Associações de barqueiros; colônia de pescadores; associação de barraqueiros, comerciantes locais; associação de reassentados; assistência social; extensão rural para pequeno produtor, associação de pequenos produtores e agricultura familiar, dentre outros.

Fonte: LIMA (2020).

Para preservar a identidade dos entrevistados, visto que a metodologia proposta busca responder ao objetivo do estudo considerando as ICs do discurso individual, mas com representação coletiva, as falas e ICs serão referenciadas no texto como Entrevistado (E) de 01 a 54, e a subdivisão em duas categorias de entrevistados (G = Gestor e R = Representante Social e econômico), sem a localidade. Exemplo: ENTREVISTADO 1-G, para representar a ideia dos entrevistados gestores e representantes do poder público; e ENTREVISTADO 2-R, para expor a ideia dos representantes e sociais das localidades.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa abordou a questão de como se deu a participação e a comunicação na fase de implantação, e até hoje como essas empresas se relacionam com os atores dos municípios e suas demandas existentes a partir da UHE, buscou-se identificar como se deram as audiências públicas e o processo de interferências no projeto original que foi elaborado para essas localidades. As perguntas norteadoras conduzidas nas entrevistas foram: Você considera que conhecia todas as fases do processo e que a comunicação entre os atores era eficaz? Todos os envolvidos/impactados e representantes destes eram convidados para as audiências públicas? Existia mais algum tipo de reunião fora as audiências?

Dessa forma, de acordo com a metodologia, as ideias centrais (IC) mais recorrentes nos discursos dos atores entrevistados, tratando da temática Participação e Comunicação, foram

(IC-A) Dificuldade de participação nas audiências públicas e envolvimento da sociedade; (IC-B) Comunicação não resolutiva/deficiente/confusa; (IC-C) Estratégias de negociação; (IC-D) Autoritarismo e (IC-E) Comunicação limitada a alguns atores. A Figura 1 mostra a distribuição de ideias centrais encontradas.

Figura 1 - Ideias Centrais da temática Participação e Comunicação



Fonte: LIMA (2020)

Pode-se dizer que a escolha e a viabilização dos modelos econômicos foram historicamente restritas às elites governamentais, comerciais, industriais e financeiras, com pouca, ou nenhuma participação da sociedade civil na tomada de decisão de maneira geral. É inegável que houve um avanço quanto à criação de espaços para a participação social nos processos de desenvolvimento nos últimos anos, no entanto, ainda não atendem à real necessidade das comunidades impactadas pelos programas desenvolvimentistas de um modo geral.

De acordo com Sicsú et al. (2005), uma política econômica nacional favorável só é possível quando ela se associa a uma política econômica e social forte para dar subsídios que favoreçam a sociedade como um todo, de modo a proporcionar uma maior equidade nas questões sociais, como: oportunidades de emprego, renda, educação, saúde etc. A maioria dos projetos de infraestrutura causadores de impactos ambientais e sociais contempla nos

documentos oficiais a garantia de participação da população afetada. No entanto, não garante efetivamente a participação na fase de planejamento dos empreendimentos, na decisão de implantar ou não, ou em que localidade seria menos impactante. Os estudos são elaborados por técnicos e analistas das mais diversas áreas, mas que geralmente não são da região e não conhecem suas especificidades.

Ainda que as políticas institucionalizadas para o licenciamento ambiental preconizem a participação social através da consulta pública, comumente a decisão de implantação daquele empreendimento já foi tomada e, a partir dali, restam as negociações do que será impactado e como será compensado. Na fase de pedidos de licença, ocorrem as audiências públicas que, sobretudo, servem como balizador para o órgão licenciador exigir as condicionantes para a liberação das licenças. No entanto, essas audiências não têm o poder do veto à implementação do empreendimento.

Assim sendo, a discussão de medidas mitigadoras e compensatórias não é debatida a partir das reuniões com a população, e sim é apresentado um projeto pronto à sociedade local. Nesse sentido, Zhouri (2008) enfatiza que as informações sobre o empreendimento ocorrem na divulgação do EIA/RIMA e nas audiências públicas, mas com o processo já em andamento, ou seja, uma discussão sobre a necessidade essencial da obra e de alternativas possíveis jamais acontece. Ademais, esses documentos são extensos, complexos e de difícil linguagem, o que dificulta a compreensão, causa inibição, desmotivação na participação e consequente desvantagem por parte da população atingida.

Bessa et al. (2011) relatam em seus estudos que o formato e a condução das audiências públicas vêm mostrando que não há espaço para questionamentos, pois, geralmente, nestas audiências são concedidos dois terços do tempo para a empresa apresentar o projeto e apenas um espaço limitado para que o público se manifeste, tornando-se mais um ambiente de discurso e não de diálogo ou adequações. As pessoas não são preparadas para se manifestarem e questionarem as decisões, muitas vezes nem sequer conseguem ler os informativos e os documentos técnicos são de difícil acesso e entendimento.

Zhouri (2008), aponta que nos espaços das audiências públicas, praticamente a única oportunidade de participação ocorre num “jogo de cenas” que forja uma aparência democrática e participativa com relação às decisões, ou seja, uma forma de referendar o que já foi decidido. Apesar de as normativas do licenciamento ambiental contemplarem a garantia de participação dos envolvidos no processo, de fato ela não ocorre devido a inúmeras dificuldades, que vão

desde os relatórios em linguagem de difícil compreensão, à falta de informação, limitação de tempo e de pessoas para a participação.

Magrin (2016) complementa que nesses documentos (EIA e RIMA) apresentados à sociedade, os impactos são apresentados em frases curtas, porém não são classificados – positivo ou negativo – e tampouco contextualizados. Além disso, esses documentos, que deveriam se mostrar de forma clara e objetiva, fazem uso de termos técnicos que não são de conhecimento público, sem os explicar. Essa autora ressalta que também não há uso de comunicação visual que auxilie, efetivamente, maior compreensão do conteúdo exposto, tal como pede a legislação, e que pode auxiliar na compreensão dos envolvidos. Ademais, há também caso em que em vez do RIMA apresentar um resumo do EIA em fácil linguagem, conforme legislação, o documento parece um resumo grosseiro, em que se suprimem algumas partes, e faz uso de expressões coloquiais, como se quisesse dar leveza ao texto, mas às vezes destoante do texto original (MAGRIN, 2016).

Todas essas questões dificultam e inibem a participação da sociedade local. Nas entrevistas realizadas nos municípios impactados nessa pesquisa, foi evidenciada a ocorrência de muitas dificuldades de participação e comunicação pelos diversos segmentos de atores. Dessa forma, a *Dificuldade de participação nas audiências públicas e envolvimento da sociedade (IC-A)* foi relatada nos discursos que se seguem:

As audiências públicas realizadas, as audiências públicas prévias é... é aquela coisa de faz de conta porque é obrigado, mas a parcela de contribuição de participação da população é mínimo possível. (ENTREVISTADO 1-G, 2018)¹.

As audiências públicas eram abertas, mas as pessoas não falavam, não tinham informação, ficavam todos calados. Não participavam não, porque esse povo só era convidado quando tinha aquelas audiências, chamavam de audiência pública, mas audiência pública e eles já vinham com tudo pronto, aí só liam ali e pedia a opinião de alguém, para alguém opinar, mas o povo daqui não fala, nem entendiam (ENTREVISTADO 5-G, 2018).

A comunidade participava... normalmente vai, mas aí tem outros atores que tomam a frente da coisa, porque na época das audiências públicas vinha gente de Palmas, vinha gente de outros locais, você entendeu? Representante de outras associações e tal, entendeu? E aí muitas vezes eles tomam a frente de uma coisa, mas a realidade da comunidade é outra, entendeu? Porque, na verdade, o município de Peixe não tinha um preparo pra isso (ENTREVISTADO 6-G, 2018).

¹ Todas entrevistadas foram realizadas pela pesquisadora Adila Maria Taveira de Lima, no período de 2019 e 2020, para compor sua tese de doutorado podendo ser consultada na íntegra (LIMA, A.M.T. Hidrelétricas no Rio Tocantins e efeitos pós-barragem: compensação, desenvolvimento e governança local. Tese (Doutorado). Pós-graduação em Ciências do Ambiente. Universidade Federal do Tocantins. Palmas.TO.2020).

Como se pode perceber, as pessoas são de certa forma reprimidas pelo ambiente da reunião e pelas falas dos outros atores que se integram ao processo, sejam os técnicos do empreendimento, os técnicos do órgão licenciador ou gestores. A compreensão é muito difícil, além da pressa da implantação, isso pode ser o principal limitador para a participação e envolvimento da sociedade.

É, até que chamaram, né? Mas só porque naquele tempo a gente quase não entendia, era pouco os que entendiam, né? Pensava que ia ser outra coisa. E eles não falavam que a beira do rio ninguém ia mexer, a gente entrava lá, via mato e ficava alegre, né? Dizia, 'não, aqui (tem onde) trabalhar', mas depois que eles colocaram a gente, 'não, não dá, não pode mexer, não. (ENTREVISTADO 22-R, 2019).

Esses projetos, quando chegam a ser discutidos nas localidades, já estão na fase de início das obras, não há tempo para a discussão e aprendizado das pessoas. Esse tempo do despertar para o que vai acontecer e o quanto é importante o acompanhamento da sociedade, só ocorre bem depois quando tudo já foi finalizado. Alguns entrevistados até relatam que a comunicação era boa, porque usavam os canais de comunicação local (carro de som e rádio) para convidar para as audiências públicas, mas a real explicação da importância de se envolver, ou ainda uma discussão de ter ou não uma hidrelétrica, jamais acontecia e, dessa forma, as pessoas não se sentiam incluídas ou motivadas a participar das reuniões.

A comunicação era bastante. Boa, né? Até a curta e a longa distância, foram bem tangíveis. Mas a sociedade em si, ela não despertou muito pra participar no projeto, em tudo, da elaboração, da execução, da implantação, da execução e da entrega em si (ENTREVISTADO 4-G, 2018).

Na época da... antes da audiência pública, nunca foram chamados pra poder opinar em cima do projeto, tipo, 'ah, vai ter uma hidrelétrica, vocês votam se querem ou se não querem hidrelétrica', não teve isso! Já veio tudo pronto sem oportunidades para a mudança (ENTREVISTADO 5-G, 2018).

Quando fomentou essa possibilidade, né? De construção de hidrelétrica, sim havia comunicação. Eles vinham, explicavam. Eu confesso para você que o nosso povo, ele tem uma certa rejeição em relação à educação, em querer saber das coisas, tanto é que muitas reuniões macro com o povo, que é chamada pública, né? Muitas assim, as audiências públicas, muitas delas, o sucesso em relação à quantia de pessoas não era tão grande. Então a participação não era... não, não era bem alcançada. Então, por esse motivo, não tinha certeza absoluta do que ia acontecer, nós, enquanto povo, não tinha certeza absoluta do que ia acontecer, porque não... não acompanhamos o processo. Eles faziam a parte deles. O povo é que também às vezes não tem essa cultura de participar (ENTREVISTADO 18-G, 2019).

Além disso, na agitação da construção, com a cidade cheia de visitantes e trabalhadores atraídos pelo empreendimento, as pessoas pensam nas questões imediatas, como o emprego e a geração de renda para o bem-estar de sua família, sem visão a longo prazo do que pode

acontecer. Rocha (2012) destaca que quando surgem rumores de instalação de uma obra de grande escala como uma usina hidrelétrica em determinado lugar, a comunidade em questão passa a viver um clima de efervescência, tanto pelos debates entre os que apoiam e os que rechaçam o projeto, quanto pelo enchimento das cidades de trabalhadores de obra civil. Alguns despertam para participar e outros buscam as oportunidades de trabalho imaginando ser aproveitado pela UHE a longo prazo. Esse fato também foi identificado pelos entrevistados.

[...] E a população também não se envolveu, porque o pessoal se envolve só com a questão de emprego, preocupado muitas vezes só com a questão de emprego, deixou a coisa acontecer, a cidade cheia de gente. Eu acho que o canal de comunicação entre o poder público e eles era eficiente, agora a comunidade, eu acho que participou muito pouco disso aí (ENTREVISTADO 6-G, 2018).

Eu fui em algumas reuniões, mas eu acho que faltou uma conscientização maior na população, porque o povo aqui tem um grande defeito de ser omissos a certas coisas, de participar de reuniões. Eu falo isso porque eu... eu trabalho, assim, eu participo, trabalhava, né? Que agora eu sou aposentada, mas eu participava assim de todos os ângulos, o religioso, educacional, político, social, tudo eu estava no meio (ENTREVISTADO 20-R, 2019).

Soma-se a isso, a falta de articulação e preparo das pessoas para se organizarem, se unirem no mesmo propósito, muitas vezes não sabem como criar uma associação e trabalhar na coletividade. E os empreendedores, com sua larga experiência, sabem que as pessoas têm dificuldade, incentivam que só atenderão àqueles que tem uma cooperativa ou associação, sem dar o direito de voz àqueles indivíduos que não entendem porque tem que se associar e abrir uma certa “empresa” para lutar por seus direitos. Dessa forma, os processos acabam sendo muito burocráticos, prejudicando aqueles quem tem outra lógica de sobrevivência.

[...] organização da sociedade civil aqui praticamente nunca teve, aqui no município de Peixe, se você falar assim, ‘me indica aqui uma associação hoje do Peixe aqui que funcione’, eu não lembro nenhuma aqui agora na cabeça aqui, que funcione, que funcione associação de interesse civil, não tem nenhuma...(ENTREVISTADO 6-G, 2018).

Olha, na época o seu Adão Bezerra, até teve que criar uma associação exatamente pra tratar desse assunto, de indenização, que era conjunto, aí ele ajudou muitas pessoas sobre a indenização... mas pessoal não tinha muito acesso a isso, não, eles ia lá na área das pessoas, tiravam as medidas, olhava quem eles ia impactar, e aí... tem uns que até hoje não recebeu o dinheiro, outros já receberam, ou às vezes eles não receberam realmente o que eles pensavam que ia receber e o que recebeu foi só por causa o seu Adão era mais esclarecido e fez associação (ENTREVISTADO 21-R, 2019).

Os problemas de comunicação que levam à dificuldade de participação da sociedade não param por aí. Na maioria das localidades, é relatado que a comunicação mesmo existindo

não é *resolutiva*, ocorre de maneira *deficiente e confusa*, sendo esta nossa segunda ideia central (IC-B) enfatizada dentro das diferentes localidades e diferentes hidrelétricas, inclusive por grande parte dos gestores entrevistados. Com essa análise pós-barragem, eles têm a conclusão que tinham abertura na ocasião da implantação do empreendimento. Atualmente, depois de todo o processo concluído, é comum os empreendedores alegarem que agora não podem mais fazer nada.

[...] no início, nós tentamos esse diálogo maior, o pessoal da empresa não chega ser ríspido... não chega ser mal-educado, mas eles praticamente ignoram o posicionamento do município, tanto que nós somos obrigados a tomar essa posição de fazer esse levantamento, auditar a situação para provocar judicialmente, senão eu tenho certeza que a gente não tem possibilidade nenhuma de conseguir sucesso. Só no diálogo, não (ENTREVISTADO 1-G, 2018).

Não atende nada... o que eles alegam, eles ouvem, eles atende o telefone, mas ele diz que já foi cumprido todos os requisitos de licenciamento, não pertence mais a eles. Alguns casos, eles alegam que já prescreveu (ENTREVISTADO 44-G, 2019).

Todas as discussões das audiências públicas são oriundas de dados técnicos e plano de compensação extraídos do EIA/RIMA que, em geral, são palavras de difícil compreensão pelos atingidos e até gestores da região. Até mesmo aqueles que se dispuseram a participar da reunião alegam que não entendiam e que não tinham muita clareza do processo fase-a-fase. As informações são picadas e tratadas de maneira separada, não ficando claro para os participantes uma visualização do que vai acontecer.

Lima e Pinto (2017), ao estudar as audiências públicas para a implementação de hidrelétricas, concluem que o diálogo não é franqueado, as oportunidades são concedidas em caráter formal, mas sem efetividade de fato, objetivando apenas o cumprimento de fases do procedimento para o alcance da meta pretendida. A participação democrática não se configura verdadeiramente, pois além da discussão não ser uma realidade efetiva, não há prestação das informações necessárias para que a comunidade consiga compreender o projeto e defender-se amplamente. Dessa forma, constata-se que mesmo com diferentes grupos de empreendedores na implementação de hidrelétricas, a comunicação e participação é relatada como deficiente, ainda que em menor ou maior grau em diferentes localidades.

A de são Salvador foi melhor, comunicava as coisas, tinha umas falhas como sempre, mas as falhas, pelo o que foi feito, ainda dá para você engolir, dá para equalizar, sabe. Mas a de Peixe, agiram muito mal aqui (ENTREVISTADO 13-G, 2019).

Eu... eu tive oportunidade de participar de uma audiência, se eu me lembro bem, de uma audiência pública, uma ou duas, eu não morava aqui na época, vinha de vez em quando. Eu estava morando fora e às vezes numa oportunidade de (férias) eu participei de uma audiência pública. Na realidade, eu não senti que eles passaram, que eles

passavam com muita... com clareza mesmo para a população (ENTREVISTADO 15-G, 2019).

Mas não teve muita clareza não. O pessoal não sabia de nada... não tinha muita clareza com relação a isso. Aí o pessoal se criou... aqui nós nunca tivemos um assentamento, se criaram dois assentamentos da Enerpeixe. Aí 'não, vocês vão para lá, nós vamos lhe dar toda a assistência técnica lá. Ó, você vai... você vai receber tantos alqueires de terras', o cara tem... tinha 50 alqueires de terra, ele vendeu para a Enerpeixe, ficou sem nada, ele foi lá, pegou uma arezinha de um hectare, dois hectares e com assistência técnica de dois anos e acabou (ENTREVISTADO 15-G, 2019).

A comunicação não considero boa não. Não, não é muito eficiente, porque eu já tive conversando com o gestor, o vice-prefeito aqui de Paranã e ele me disse que teve que colocar no jornal porque não tava dando suporte certo. Então foi... já gerou meio mundo de confusão em relação a isso, falta de comunicação mesmo, entendeu? Esse... há um mês atrás aí teve... uma coisa mais ou menos parecida com isso, sabe? Um senhor tem uma horta ali, uma hortaliça, né? Então assim, dentro da APP segundo eles, é dentro da área da APP que a Enerpeixe, diz que é dela né? Que é dentro da usina, né? Que deliberaram a quantidade da margem do rio até chegar lá, né, e aí o senhor fizeram uma... fizeram uma horta, né? Nessa área e aí não comunicou à Enerpeixe, né? E aí que acabou que tá enrolado até agora. Então assim, eu acredito que a falta da comunicação do gestor com a empresa, isso daí dá... é ruim (ENTREVISTADO 16-G, 2019).

É, explicaram. Só que a gente era muito leigo na época, não tinha conhecimento com nada, né? Respeito o impacto, a gente não tinha conhecimento assim, e a gente achou estranho demais. Isso dificultou muito o conhecimento do nosso povo, né? Quase, um bocado de coisa que eles falaram assim, foi... aconteceu, né, assim. Porque a gente foi atrás e teve um... com as outras pessoas que tinha já participado de uma outra barragem, foi esclarecendo. Porque, até porque, o que eles falavam, só era pouca gente entendia aquilo, não é? Era uma coisa muito estranha assim, porque a gente não entendia bem o que eles falavam (ENTREVISTADO 30-R, 2019).

A informação é elemento integrante da possibilidade de a comunidade participar ativamente de uma Audiência Pública, prestando sugestões e fazendo críticas. As manifestações da população devem ser consideradas na decisão do pedido de licença. Estes aspectos são relevantes, mas, muitas vezes, são esquecidos ou ignorados na prática (LIMA; PINTO, 2017). Além disso, aqueles que tem maior influência no município tem maior possibilidade de participação, como é o caso dos políticos locais, que sempre são chamados para as reuniões de gestão, mas a população, em geral, não tem conhecimento de como ter acesso a todas as informações.

Alguns gestores reconhecem o processo como conflituoso e destacam que geralmente a comunicação é melhor entre aqueles que compõem o grupo de gestores e representantes do poder público, coincidindo com o que os outros representantes relatam. Os convites e comunicados em geral eram direcionados aos membros que pertenciam aos grupos institucionais municipais.

Foi abordada também a questão das estratégias adotadas para estabelecer o método de participação dos atores locais. Ainda que esses modelos de *estratégias de negociação (IC-C)* venham sendo aprimorados, não são completamente eficazes na garantia dos direitos. É necessário muito envolvimento e clareza da população, e que nem sempre é viabilizada.

No caso das hidrelétricas estudadas, houve diferentes formas adotadas para se estabelecer o debate: para a UHE Lajeado, foi instituído o Comitê Interinstitucional, que reunia tanto o órgão licenciador federal (IBAMA), como o órgão licenciador estadual (NATURATINS), o Ministério Público, empreendedores, poder público gestor e representantes dos atingidos (MAB). À medida que apareciam os problemas, esse comitê se reunia e tentava deliberar sobre aquela demanda (LIMA; MARQUES, 2015). Essa estratégia foi alvo de críticas, pois muitas vezes as demandas eram resolvidas à medida que surgiam e não tinham sido planejadas antes, assim como as instituições se reuniam, mas às vezes a população não participava, apenas alguns representantes. Ainda assim, foi considerada válida pelos agentes porque garantiam a participação e fiscalização do que haviam decidido.

Para Peixe Angical e São Salvador, foi adotado o foro de negociação, que foi considerado um avanço com relação a Lajeado. Essa metodologia permite maior participação e negociação com os atingidos. A discussão era coletiva e, à medida que em cada reunião se apontavam problemas, o empreendedor trazia soluções no próximo encontro, às vezes até de imediato dependendo do caso (LIMA, 2013). Essa estratégia de negociação foi a melhor dentre as ocorridas no estado, no entanto, com a magnitude dos impactos e seus desdobramentos a longo prazo, é impossível prever o que ainda teria por vir com relação aos problemas deixados pela obra. Teve avanço no sentido de negociar as terras, localização dos reassentamentos, construção de casas, etc. No entanto, nem mesmo com essa estratégia é possível dizer que houve a ampla participação dos atores locais e disponibilidade de informações que proporcionasse a esses a capacitação necessária para resultados totalmente exitosos.

Para a UHE Estreito, a estratégia foi do comitê-gestor, que negociava apenas com os representantes dos grupos de atores por município, no entanto, os representantes nem sempre foram escolhidos pela comunidade e as reuniões nem sempre eram realizadas nas cidades de cada demanda. Esse comitê funcionava em cidades “polos” determinadas pelo empreendedor. Dessa forma, essa estratégia foi extremamente criticada como forma de excluir a real participação da comunidade no processo (LIMA, 2013).

Diante dessas possibilidades de participação instituídas comumente pelo órgão ambiental licenciador e empreendedor, obtivemos algumas falas negativas, mesmo naquelas localidades onde o processo foi considerado participativo por meio do foro de negociação.

[...] aqui, inclusive, nós criamos um Foro de Negociação em São Salvador. Foi um projeto piloto, que foi a primeira vez na história de uma hidroelétrica. Quando se criou o Foro de Negociação, os atingidos tinham direito de participar e tinha voz, também, para falar, às vezes não era atendido, mas tinha voz, né? E, a princípio, nas negociações, da forma que foi trabalhada, nós entendemos que nós teríamos ganhado alguma coisa (e tinha sido) boa coisa. E no decorrer desse tempo, nós entendemos que ganhamos nada (ENTREVISTADO 27-G, 2019).

E o que eu tenho para falar para a senhora, que eu fiz parte do foro de negociação. Até hoje ainda deixa a desejar, porque, inclusive, eu e alguns aqui, a gente foi para reassentamento. Tinha uma... na época a gente montou um foro de negociação com o Ministério Público Federal, Estadual, Ibama e os representantes da associação. Então, assim, teve muita coisa que não cumpriram (ENTREVISTADO 33-R, 2019).

Olha, as audiências públicas teve... parece que foi duas aqui, aí teve em Carolina, a gente ia em todas. Eu não vi muita vantagem na audiência pública não, porque a gente ia falar, né? Quando ia colocar o nome, já tinha meio mundo de gente que já vinha acompanhando eles, do tal comitê, que falava e nós não. Aí eles falavam, falavam e quando chegava a sua vez você falava, anotava, mas nada do que a comunidade falava era... realizado (ENTREVISTADO 40-R, 2019).

De uma certa, eles chamaram alguns grupos, né? Mas, de outras formas, eles chamaram mais o representante do município, na época, era o gestor, né? Era o prefeito do município, para o grupo da associação mesmo foi chamado poucas vezes. Às vezes as reuniões eram em outra cidade e ia só o prefeito mesmo (ENTREVISTADO 48-R, 2019).

Nos relatos dos entrevistados apareceu ainda como recorrente a questão do *autoritarismo (IC-D)*, intrinsecamente demarcado nessas relações de políticas a nível nacional, impostas de cima para baixo. Além de esses projetos terem claramente, interesses governamentais e empresariais, tanto no âmbito nacional como internacional, existe uma relação de poder muito forte nas ações e como as decisões são tomadas, sendo os atores representantes da comunidade local a parte mais fraca da relação.

Nesses processos, a relação de poder se estabelece e geralmente não é do local, são medidas de cima para baixo, pacotes prontos oferecidos sem muita oportunidade para mudanças. Às vezes essas relações de poder são um pouco mais disfarçadas quando se permitem espaços de negociação, como foi o caso do foro de negociação, mas na verdade o pacote de medidas chega pronto e, por isso, permitem mais ou menos alterações, não fugindo daquele orçamento e plano iniciais.

A relação de poder e autoritarismo é percebida pelos diversos atores, mesmo aqueles que estavam na gestão.

Não tinha a participação não. Chegava e ‘ah, vou fazer isso, vou fazer aquilo’, e tudo pronto do jeito deles, que era comunicado que assim seria feito (ENTREVISTADO 17-G, 2019).

[...] Então, participava, assim, às vezes, muita gente, né? Só que eles eram muito duros, eles eram duro demais. Eles não ouviam tudo que você queria falar, e que você imaginava, eles punham pauta e acabou, né? Então, é o que estava na pauta, eles já ia para uma reunião sabendo que a pauta era essa, ‘nós vamos falar sobre isso, isso e isso’ e acabou, não tinha outro assunto (ENTREVISTADO 26-G, 2019).

O que eu falo é assim, é que na época era muita gente que vinha. A gente ficava até sem saber, porque cada dia vinha um grupo de homens, mulheres, falando tanta coisa. E eles nunca... ficou sempre assim do jeito que eles quiseram. E eu falo que eles não valorizaram o que as pessoas tinham. Eles não valorizaram. Porque se eles tivessem valorizado direito, poderia ter sido melhor, mas eu acho que eles fez aquela coisa assim... como se diz? O pessoal era obrigado a querer a terrinha lá fora ou receber o dinheiro que eles quisessem dar, porque foi assim. Eles é que dava o valor, um valorzinho, muitas vezes, bem baixo, e as pessoas tinha que aceitar (ENTREVISTADO 29-R, 2019).

E hoje, pior quando a gente precisa falar de demandas que ficaram dessa construção, quando a gente participa de uma reunião com eles aqui, o discurso deles é o seguinte, ‘não esperem grandes obras igual houve no passado’, tá? (ENTREVISTADO 37-G, 2019).

Aqui as audiências eram resumidas. É, só isso, chegava ali falavam, o Ceste tá na cidade, chama o prefeito, chama o vereador, chama o secretário... Pronto, monta ali aquela roda na Câmara, tá resolvido, ‘fizemos uma audiência pública (ENTREVISTADO 45-G, 2019).

Até enquanto você estava amenizando um pouquinho o que falar para eles, eles te dão direito de voz. Mas quando eles veem que você começa a pegar pesado, eles te cortam e colocam para fora. Fizeram isso comigo três vezes. Quando você começa a atacar, eles... que eles que coordena a reunião toda né, eles cortam o microfone. Entendeu? (ENTREVISTADO 52-R, 2019).

Além disso, houve também relatos de que em algumas localidades a comunicação era direcionada somente a alguns atores de interesse político ou de interesse do empreendedor. A ideia central de que havia *(IC-E) Comunicação limitada a alguns atores* foi relatada, corroborando com Baraúna e Marin (2011), que destacam que em empreendimentos hidrelétricos a audiência pública deveria constituir um espaço utilizado para serem apresentados e discutidos com a sociedade civil, representantes do poder público e demais atores, sobre todo e qualquer impacto e medidas a serem tomadas com a construção do empreendimento.

No entanto, observa-se que nesses processos, a exemplo também do complexo hidrelétrico de Rondônia (Jirau e Santo Antônio) mencionado pelas autoras, há limitações de informações, tempo e de representantes. O que na verdade deveria se constituir em ampla participação, sendo obrigação do Estado, fica na mão do empreendedor que faz um evento para cumprir a obrigatoriedade. Nesse sentido, Zhouri (2011) afirma que as realizações de audiências

públicas concebem uma aparência democrática e participativa, mas que na verdade é apenas informativa, resumida e impositiva. Além disso, os espaços em que se realizam essas audiências são geralmente espaços com capacidade reduzida, como câmaras municipais ou prefeituras, onde o número de assentos é limitado.

Ressalta-se, ainda, que em algumas localidades o chamamento para as reuniões é direcionado somente para alguns atores de grupos de interesses, como relatado.

A câmara, participou, né, tinha uma Câmara de Vereadores atuante, e eles eram convidados. Às vezes a gente nem sabia que estava tendo audiência (ENTREVISTADO 4-G, 2018).

Para a área pesqueira, ele fecha a porta, para a política, eles abrem. É uma comunicação direcionada só para quem eles querem. Sempre foi assim e agora continua. Eles nem recebe a gente. E naquela época o prefeito era chamado para negociar tudo, agora me diz como o prefeito pode negociar o que é meu? (ENTREVISTADO 42-R, 2019).

Às vezes a reunião era marcada e divulgada, mas não era enviado convite para o Ministério Público, eles não vinham a gente ligava e eles falavam que nem tinha sido convidado (ENTREVISTADO 46-R, 2019).

Os entrevistados, especialmente os representantes da comunidade, relatam que em algumas localidades o convite era feito apenas aos membros da gestão municipal da época. O comunicado aberto para a população geral não ocorria de fato.

A comunicação não era boa. Não. Era assim, um convite muito restrito, acho que chamava só mesmo os diretores, prefeitos, juiz, esse povo que é... quer dizer, o povo, a massa mesmo ficava inocente. (ENTREVISTADO 20-R, 2019).

Olha, eles fizeram, se eu não me engano, uma vez, eles fizeram tipo um seminário, né? Uma reunião com o povo, mas o povo não tinha tanto acesso assim não, eu lembro que na época era tudo difícil até de saber que horas ia ter reunião (ENTREVISTADO 21-R, 2019).

Esse relato não é exclusivo das hidrelétricas do Tocantins. Baraúna e Marin (2011) deixam claro em seus estudos sobre as hidrelétricas do complexo do Madeira em Rondônia (Jirau e Santo Antônio), bem como da apresentação do projeto de Belo Monte em Altamira (PA), cujos cenários do processo de comunicação, e especialmente as audiências públicas, foram cenários forjados, com uma participação de agentes favoráveis a cada um desses projetos, para se garantir a adesão e estes serem os interlocutores para os demais atores. Na verdade, a comunicação eficaz e a real participação dos atores impactados não foram alcançados.

Diante do exposto, conclui-se que a tomada de decisão e o processo de implantação não é discutido com as partes, especialmente com os atores locais. As construções e desconstruções

de cenários futuros devem contar com a participação ativa dos atingidos, gestores municipais, órgãos licenciadores, fiscalizadores e outros, para analisarem as situações individuais e coletivas. A sociedade deve participar expressando suas falas, os níveis de sentimentos, dúvidas, angústias e soluções para os problemas locais e, por outro lado, os tomadores de decisão devem considerar primordialmente essa contribuição.

As possibilidades de participação, embora regulamentadas, ainda são pequenas, e por que não dizer, dificultadas em alguns processos. A questão não é só dialogar sobre a necessidade de energia, mas o tipo de geração e, principalmente, como vem sendo implementado, apontado como excludente e impositivo sem maiores oportunidades de melhoria à população local.

Durante o processo de implementação, as obras desenvolvimentistas que são propagadas como propulsoras do desenvolvimento e do progresso para as localidades, acabam se configurando em decepção e revolta aos moradores locais, com prejuízos no âmbito econômico, social, ambiental e cultural. É necessário repensar os modelos estabelecidos com garantias à participação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou evidente nesse artigo que a percepção dos atores quanto ao processo de comunicação e consequente participação na implementação das hidrelétricas do Tocantins, gerou exclusão dos atores locais desde o início do processo, ainda na fase de planejamento, ocorrendo ainda nos dias atuais quando a sociedade demanda do empreendedor alguma medida compensatória. O processo de comunicação ocorreu com deficiências, autoritarismo e linguagem de difícil compreensão, inibindo e dificultando a participação da sociedade. A comunicação e participação falhas contribuem para deficiências nas medidas de compensação e manutenção proposta para o município e geram outros impactos sociais, ambientais e econômicos durante anos, após o empreendimento.

Retomando as questões chave dessa pesquisa, ficou claro que na tomada de decisão de implementação ou não da obra, não há participação da sociedade. Durante o processo de implementação, há oportunidades de participação, garantidas pela legislação, mas ocorrem de maneira restrita com audiências públicas realizadas sem muita clareza, é apresentado pelo empreendedor um resumo do que será realizado, com poucas chances de alterações. A linguagem de difícil entendimento é alegada e, ainda, em alguns casos, esses espaços são limitados pelo tempo de fala e espaço físico onde são realizadas. A maioria das medidas são

definidas pelo planejamento do empreendedor, órgão ambiental e prefeitos, o restante da sociedade é comunicado sobre o que será realizado, salvo raras exceções. As audiências públicas foram muito criticadas por, na percepção dos atores, não atenderem ao que se propôs, a real participação social. Na verdade, esses espaços são apenas para referendar o processo, um real debate para significativas mudanças no projeto, a partir da contribuição da população, não é realizada.

REFERÊNCIAS

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. **Snowball (bola de neve)**: uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: X Congresso Nacional de Educação. PUCPR: Curitiba, Anais... 07 a 10 de novembro de 2011.

BARAÚNA, G.M.Q.; MARIN, R.E.A. O fator participativo nas audiências públicas das hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte. In: ZHOURI, A. **As tensões do lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Organizadora. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

BESSA, N. G. F. D.; PEREIRA, A. G.; ZITZKE, V. A. Foro de Negociação e Comitês de Cogestão em empreendimentos hidrelétricos no Brasil: uma análise sob a perspectiva da governança, do controle social e da participação cidadã. **Sustentabilidade em Debate** - Brasília, v. 2, n. 2, p.115-134, 2011.

BUARQUE, S. J. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: Metodologia de Planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 4ed. 180p.

CASTRO, F; HOGENBOOM, B.; BAUD, M. **Governança ambiental na América Latina**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Amsterdam: Engov, 2015. Libro Digital, pdf.

CRUZ, A. S. L.; SOUZA-LIMA, J. E.; MACIEL-LIMA, S.M. Percepção socioambiental de atingidos por barragem e políticas públicas. **Revista Orbis Latina**, v.1, n.1, 2011.

ELLOVITCH, Mauro da Fonseca. Aspectos Jurídicos Controvertidos do Licenciamento Ambiental de Barragens Hidrelétricas. In.: REZENDE, Leonardo Pereira; DERGAM, Jorge Abdala (coords.). **Proteção da Biodiversidade**: e construção de barragens hidrelétricas. São Paulo: Fiuza, 2012, p. 341-364.

FERNANDES, Backer R, SMITH, Vivian P. B. e ULSEN, Pedro. “Comunicação” por um licenciamento ambiental sustentável. In: **XVIII Colóquio Internacional da Escola Latino-Americana de Comunicação e I Fórum Brasileiro das Tendências da Pesquisa em Comunicação**, São Paulo, 2014.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A.M.C. **Discurso do sujeito coletivo**: representações sociais e intervenções comunicativas. Relato de Experiência. Florianópolis, 2014 Abr - Jun; p. 502-7.

LIMA, A. M. T. **A implantação de usinas hidrelétricas no Tocantins**: processo decisório, participação e experiência dos agentes envolvidos, 2013. 145f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Palmas, Palmas - TO.

LIMA, Adila Maria Taveira de. **Hidrelétricas no Rio Tocantins e efeitos pós-barragem: compensação, desenvolvimento e governança local**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente. Universidade Federal do Tocantins. Fev.2020. Palmas - TO.

LIMA, C. C.; PINTO, J. B. M. As audiências públicas e o diálogo dos saberes: uma abordagem sobre a instalação de hidrelétricas e seus impactos ambientais / The public hearings and dialogue of knowlegdes: an approach on the plants installation and its environmental impacts. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 13, n. 2, p. 137-154, ago. 2017.

LOCATELLI, Carlos. **Comunicação e barragens**: o poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (Brasil). Porto Alegre: LUME/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

_____. A comunicação e a democracia na implantação das hidrelétricas. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.6, n.2, p. 87-105, maio-ago. 2012.

_____. *A. Sobre comunicação e barragens*. In: Locatelli, C. (Org.) **Barragens imaginárias: a construção de hidrelétricas pela comunicação**. Florianópolis: Editora Insular, 2015.

MAGRIN, V. F. **A comunicação dos impactos socioambientais no EIA e sua retransmissão para o Rima**: Um estudo comparativo das estratégias de comunicação das hidrelétricas de Estreito e São Salvador. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente. Universidade Federal do Tocantins. Campus de Palmas, 2016. 649f.

MINAYO, M. C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde 12ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec; 2010, 50p.

OLIVEIRA, N. M. **Desenvolvimento regional do território do Estado do Tocantins**: implicações e alternativas. 2015. 224f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Toledo, 2015.

ROCHA, H.J. Os limites da democratização do processo de instalação de hidrelétricas. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.6, n.2, p. 65-85, maio-ago. 2012.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F. D.; MICHEL, R. **Novo-desenvolvimentismo**: Um projeto nacional de crescimento com equidade social. São Paulo: Manole/Fundação Konrad Adenauer, 2005, p.185.

ZHOURI, A. Justiça Ambiental, Diversidade Cultural e Accountability: Desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p.97-194, 2008.

_____. **As Tensões do lugar**: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.327p.